

Alfabetização e Letramento: entre concepções e práticas

Sumário

- Apresentação
- 1. A Linguística Aplicada
- 2. Alfabetização e letramento no dia a dia
- 3. Conceitos de alfabetização e letramento
- 4. Letramento como prática social
- 5. As diferentes adjetivações do letramento
- Referências

Mônica Cristina Metz



Apresentação

O e-book objetiva apresentar alguns aspectos relacionados aos conceitos de alfabetização e letramento. Muitas vezes vistos como sinônimos, os termos traduzem processos distintos e complementares e são explicados a partir de bases teóricas diferentes.

Primeiramente, situa-se a abordagem do tema no contexto das pesquisas em Linguística Aplicada e, em seguida, são esboçadas algumas reflexões sobre as formas de concepção dos termos na vida social e nas teorias atuais, na perspectiva dos Novos Estudos do Letramento.

1. A Linguística Aplicada

A área da Linguística Aplicada (LA) é interdisciplinar por conceber que diferentes aportes teóricos servem de apoio para a tarefa complexa de compreender os processos que envolvem os múltiplos usos da linguagem e problemas que deles derivam.

Os primeiros estudos intitulados como LA, nos anos de 1940, aplicaram conceitos elaborados na área da Linguística que auxiliassem no processo de ensino-aprendizagem de línguas, principalmente, no contexto de ensino de línguas estrangeiras. Pensava-se a LA como área que pensasse a prática ligada ao ensino a partir das teorias construídas no interior da Linguística.



Com o passar do tempo, essa visão foi criticada pelos pesquisadores e novas formas de fazer uma Linguística Aplicada foram desenvolvidas. Em primeiro lugar, percebeu-se que problemas ligados ao ensino-aprendizagem de línguas ia além de aplicar conceitos da Linguística teórica. Muitas das descrições realizadas pela Linguística não cabem numa ideia de aplicação por serem explicações abstratas sobre o fenômeno da língua, voltadas para a compreensão do fenômeno em si e não para resolver problemas derivados de outra ordem, como o ensino. Em segundo lugar, abriu-se o olhar para outras áreas do conhecimento que, para além da Linguística, ofereciam suporte para a compreensão dos problemas que se apresentavam no ensino. Conceitos de outras áreas, como da Psicologia e da Sociologia, são vistos como importantes aliados para a compreensão e para intervenção nos processos de ensino-aprendizagem de línguas.

A LA distancia-se, dessa forma, de uma perspectiva aplicacionista da Linguística e, aos poucos, constitui-se uma área autônoma, desvinculada do objetivo de pôr em prática as teorias e interessada em construir parâmetros próprios para compreender e solucionar problemas ligados ao uso da linguagem.



A partir desse olhar para a constituição da LA, percebe-se que, desde o início, ela se interessou sobremaneira em resolver problemas ligados ao ensino de línguas. Por esse motivo, quando se fala em LA logo se pensa numa área que se dedica ao processo de ensino-aprendizagem. No entanto, atualmente, a área congrega uma série de temas de pesquisa que não se restringem a esse contexto. Assim como se constitui como área autônoma, ela também ampliou o olhar para problemas de uso da linguagem, fora do contexto escolar.

Moita-Lopes (2009), importante estudioso, linguista aplicado, conceitua a LA como uma área indisciplinar, ou transdisciplinar, no sentido de que não se prende a nenhuma disciplina porque atravessa fronteiras disciplinares. O objetivo, para o autor, é que se pense a LA como uma área sempre em movimento, para compreender os usos da língua a partir de relações teóricas cada vez mais inéditas e complexas que ofereçam inteligibilidades para os contextos de ensino e para todos os contextos sociais em que a língua está presente. Moita-Lopes (2009) defende que a LA também não tem caráter solucionista em direção a problemas relacionados ao uso da língua ao objetivar a criação de maneiras de compreender e descrever esses problemas. Nas palavras do pesquisador:



Essa LA que entendo como ‘um modo de criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central’ (Moita-Lopes, 2006, p. 14) perde o caráter solucionista que acompanhou a LA por muitos anos (LA como uma área que tentava solucionar problemas) devido a uma forte tendência positivista do que muitos chamam hoje de LA modernista (Pennycook, 1998). E abandona definitivamente sua preocupação em se limitar à Linguística como um componente teórico essencial, uma vez que muitas das compreensões mais relevantes sobre a linguagem no mundo atual, devido à chamada ‘virada linguística’, podem vir de outros campos do conhecimento (da Geografia, da Sociologia, da Comunicação, por exemplo) do que propriamente da Linguística (ainda que em um sentido macro) (Moita-Lopes, 2009, p. 19-20).

Atualmente, portanto, são inúmeros os temas investigados numa perspectiva de LA, pois são inúmeros os contextos em que língua ocupa um papel central e todos são objetos de pesquisa dos linguistas aplicados.

No mapa a seguir, uma síntese das principais fases da LA, de acordo com Moita-Lopes (2009), e alguns dos temas abrangidos pela área:



Mapa mental - Linguística Aplicada



2. Alfabetização e letramento no dia a dia

No dia a dia, é comum deparar-se com notícias e reportagens que destacam resultados de pesquisas e de avaliações a respeito de índices de alfabetismo e analfabetismo no Brasil. Além do caráter alarmante de muitas manchetes, o que chama a atenção são os termos utilizados para englobar diferentes categorias de indivíduos a partir das noções de alfabetização e de letramento. Vejam os exemplos de manchetes abaixo recortados de jornais de dois estados diferentes:

Imagem 1 – Manchetes de jornais



Fonte: elaborada pela autora a partir dos recortes das manchetes.

Acesse as notícias completas dos jornais:



Escolas brasileiras ainda formam analfabetos funcionais



Brasil investe, mas taxa de iletrados ainda é alta



Analfabetismo letrado



Analfabeto funcional, analfabetismo letrado, letrado e iletrado são alguns exemplos de denominações que aparecem com recorrência nas mídias. À primeira vista, os termos referem-se a conceitos de senso comum, compartilhados e definidos de forma clara por todos. Mas será que é essa a realidade? Sabe-se definir claramente e de forma objetiva o que seria um analfabeto letrado? E qual seria a diferença, se houver, entre analfabeto e iletrado?

Por mais recorrentes que sejam esses usos, não há uma maneira unívoca de definir as diferentes derivações provenientes das noções de alfabetização e letramento, até porque essas mesmas noções traduzem diferentes concepções, alicerçadas em fundamentos distintos, construídas historicamente.

Os temas relacionados à alfabetização e letramento são exemplos de objetos de interesse da Linguística Aplicada, uma vez que os fenômenos derivam de contextos em que a língua ocupa papel central.

O objetivo aqui é lançar um olhar para as principais concepções de alfabetização e letramento, a fim de compreender diferentes implicações de usos e de derivações e perceber como fazem parte das preocupações dos pesquisadores em LA.



3. Conceitos de alfabetização e letramento

Magda Soares, no texto “Letramento e Alfabetização: as muitas facetas” (2004), faz uma importante diferenciação dos conceitos de alfabetização e letramento, mostrando que, no Brasil, esses conceitos, muitas vezes, confundem-se. No texto, a autora define os dois conceitos, defendendo que cada um tem a sua especificidade, a partir das fases que ela denomina de a invenção do letramento, a desinvenção da alfabetização e a reinvenção da alfabetização.

A invenção do letramento se refere à incorporação do termo ao léxico do Brasil, a partir da década de 80, como forma de “[...] reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita” (Soares, 2004, p. 6). A aprendizagem da alfabetização, nesse sentido, não recobria esses usos, de modo a ter-se, por exemplo, a ideia de um analfabeto funcional: um sujeito alfabetizado, com domínio do código da língua escrita, mas que não conseguia colocar em funcionamento essas habilidades.

O problema, segundo a autora, é que essa incorporação resultou num processo que ela chama de desinvenção da alfabetização, por focar os usos da língua escrita em diferentes contextos, deixando em segundo plano o desenvolvimento das habilidades relacionadas ao domínio do código, o que gerou a necessidade de reinventar a alfabetização de modo a garantir que esses dois processos ocorressem concomitantemente e não de maneira isolada.



De acordo com Soares (2004), a alfabetização diz respeito à aprendizagem do sistema da escrita, de levar o sujeito a desenvolver as habilidades de usar o código escrito, decodificar e codificar mensagens por meio desse código. Já o letramento se refere às práticas sociais que se realizam por meio da leitura e da escrita, isto é, das diferentes práticas que o sujeito é capaz de realizar em distintos contextos sociais em que a leitura e a escrita se presentificam. Para a autora, os dois processos são distintos, cada um com suas especificidades, mas são complementares:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – *a alfabetização* – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – *o letramento* (Soares, 2004, p. 14, grifos da autora).

A questão central da discussão, para os estudos de LA, é a forma como se olha para as relações entre letramento e alfabetização, de perceber a vinculação entre os usos sociais da escrita e as habilidades cognitivas relacionadas ao domínio do código. Na próxima sessão aborda-se a perspectiva dos Novos Estudos do Letramento sobre essa relação.



4. Letramento como prática social

Ler e escrever constituem práticas fundamentais daquilo que, de modo geral, o vasto termo letramento abarca. Sob uma perspectiva de um modelo autônomo de letramento (cf. crítica de Street, 1984), uma pessoa bem letrada é aquela que tem uma boa desenvoltura dos padrões de leitura e escrita privilegiados na sociedade e o desenvolvimento dessa desenvoltura é um dos papéis mais importantes atribuídos à escola e, por extensão, à universidade. A partir de estudos etnográficos como os de Street (1984), basilares da perspectiva chamada de Novos Estudos do Letramento (NEL), que defende um modelo ideológico de letramento (Street, 1984), aprende-se que as formas de letramento são plurais, socio-historicamente situadas e determinadas pelos diferentes modos pelas quais a leitura e a escrita são significadas nas e pelas práticas sociais.

Novos Estudos do Letramento (*New Literacy Studies*) é o nome dado a uma vertente de estudos provenientes da etnografia que problematiza o caráter autônomo do processo de letramento, baseado numa concepção de escrita que privilegia o desenvolvimento de habilidades cognitivas, técnicas e neutras. Em contraposição a esse paradigma dominante, os estudos mostram que as práticas de letramento são plurais, não há apenas uma forma de se pensar o letramento, uma vez que ele se desenvolve de diferentes maneiras a depender de uma infinidade de aspectos sociais e ideológicos ligados aos contextos em que ocorre.

Nesse sentido, os NEL esboçam duas concepções de letramento: o letramento autônomo e o letramento ideológico.



Numa perspectiva de modelo autônomo, o letramento é vinculado exclusivamente ao desenvolvimento de alfabetização, considerando que, quanto mais o indivíduo aprende as habilidades relacionadas ao código da escrita, mais ele usa a escrita em diferentes contextos e mais é reputado letrado. As habilidades de escrita se vinculam ao desenvolvimento cognitivo pois, quanto mais habilidades o sujeito dominar, mais inteligente ele é. Nessa concepção é que se baseia a ideia de um sujeito iletrado, como um sujeito que não sabe usar a escrita e, por consequência, desprovido de inteligência.

Numa crítica a essa concepção, os NEL defendem a perspectiva de um modelo ideológico de letramento, a partir do qual se concebe o letramento como prática social não necessariamente ligado ao domínio do código escrito. Nesse modelo, é possível conceber um sujeito que não domina o sistema da escrita, mas que participa de práticas sociais que envolvem a escrita e, mesmo assim, desenvolve um tipo de letramento. O letramento está ligado aos usos específicos da escrita em vários contextos e aos diferentes significados que aí se representam. Nessa perspectiva, não há espaço para a ideia de um sujeito iletrado, porque em alguma medida todos os sujeitos participam de alguma forma de práticas de letramento.

O conceito de práticas de letramento é compreendido, na perspectiva dos NEL, como modelos de eventos de letramento e “[...] preconcepções ideológicas que os sustentam” (Street, 2014, p. 18). O conceito de evento de letramento foi desenvolvido por Heath (1982) para designar “[...] qualquer ocasião em que um trecho de escrita é essencial à natureza das interações dos participantes e a seus processos interpretativos” (*apud* Street, 2014, p. 18).



Sob a perspectiva desses conceitos, a expressão prática de escrita, por exemplo, refere-se às normas e às preconcepções ideológicas que regulam eventos de letramento em que gêneros discursivos são mobilizados para a produção de enunciados do modo de enunciação escrito. Nesse sentido, o conceito de prática de letramento é tomado, aqui, para abarcar, também, eventos de letramento em que não há necessariamente a produção escrita de enunciados.

Por agências de letramento compreendem-se todos os espaços em que modos de leitura e escrita integrem as práticas realizadas. Cita-se, por exemplo, a escola, a universidade, a igreja, a família, a rua etc. (cf. Kleiman, 1995).

No entanto, mesmo reconhecendo, nesse sentido, que o desenvolvimento de diferentes letramentos se dá em diversas instituições (como igreja e comunidades, por exemplo), a escola e a universidade são agências de letramento de fundamental importância no desenvolvimento de modos de ler e de escrever, numa sociedade.

Para a LA toda essa problemática interessa para compreender a complexidade dos contextos em que a linguagem tem papel central. Compreender é criar inteligibilidade para os processos envolvidos no uso social da leitura e escrita dentro ou fora do espaço escolar.



5. As diferentes adjetivações do letramento

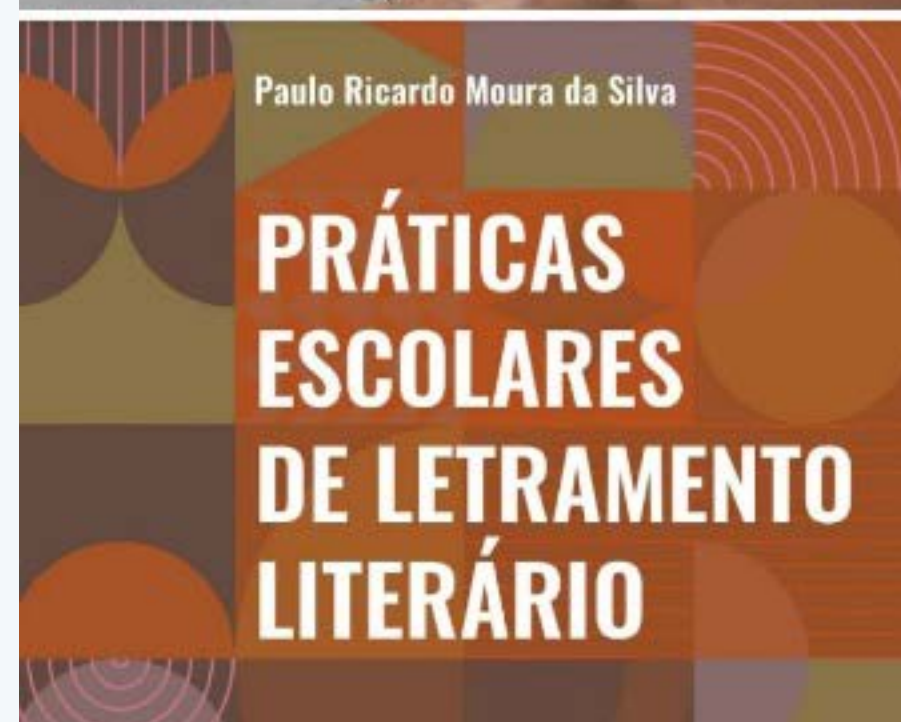
Compreender as práticas de letramento como práticas sociais implica conceber que são situadas, que significam e funcionam de muitas formas em inúmeras instituições e grupos sociais. Nas palavras de Fiad (2011, p. 361-362), “[...] assumindo que as práticas de uso da escrita são diferentes, é possível assumir que existem múltiplos letramentos, a depender das esferas e grupos sociais: escolar, religioso, familiar etc.” É nesse sentido que se concebe a noção de letramento acadêmico:

A partir da concepção do letramento como um conjunto de práticas sociais situadas – desenvolvida no interior dos NEL – alguns estudiosos começaram a focar o contexto acadêmico, com o objetivo de compreender as práticas aí presentes, compreendendo que há práticas específicas desse contexto, dada a concepção de múltiplos letramentos (Fiad, 2017, p. 90-91).

Esse vasto campo de pesquisas produz reflexões importantes sobre as formas de constituição da escrita no âmbito da universidade e, ao mesmo tempo, abre espaço para discussões que visem compreender a natureza das relações dos sujeitos escreventes inseridos em práticas de letramento determinadas, com formas específicas de constituição da escrita. Assim é também que alguns estudos adjetivam tipos de letramento para dar conta de descrever suas especificidades, e aí surgem termos como: letramento acadêmico, letramento digital, letramento escolar, letramento literário, letramento visual.



Vejam alguns exemplos de publicações recentes:





Referências

FIAD, R. A escrita na universidade. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 357-369. 2ª parte 2011.

FIAD, R. Pesquisa e ensino de escrita: letramento acadêmico e etnografia. **Revista do GEL**, v. 14, n. 3, p. 86-99, 2017.

KLEIMAN, A. B. (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MOITA LOPES, L. P. da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (org.). **Linguística Aplicada**: um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2009, p. 11-24.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação** [online]. n.25, 2004.

STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola, 2014.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

**Alfabetização e Letramento: entre concepções e
práticas – Mônica Cristina Metz**

Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenador Geral UAB

Cláudia Maris Tullio
Coordenador Geral Curso

Cleber Trindade Barbosa
Coordenador Geral NEAD

Denise Cristina Holzer
Apoio Pedagógico

Ruth Rieth Leonhardt
Revisão

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Volkan Vardar/Pexels
Capa

Aneeque Ahmed /Nounproject
Hafiudin/Nounproject
ProSymbols/Nounproject
Ícones